



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Reunião Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro,
realizada a vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois**

ATA Nº 01/2022

Ao vigésimo segundo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 Barreiro, realizou-se a Reunião Ordinária de fevereiro de dois mil e vinte e dois.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga, Nuno Mósca, Rui Pedro Pereira, António Amaral, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro, Maria Arlete da Cruz e Mónica Duarte.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, anunciou os pedidos de suspensão e de substituição, conforme quadro infra.

Pedidos de suspensão Assembleia Municipal
Filipa Pinto substituída por Joaquim Sousa Marques
Maria Filomena Vitorino substituída por Nuno Nogueira (ausente)
Pedidos de substituição Assembleia Municipal
Rui de Carvalho substituído por Joana Fonseca
Carlos Pires substituído por Gonçalo Vilhena
José Luís Ferreira substituído por Susana Silva
Susana Ramalho substituída por Ana Luísa Inácio
Antínia de Moraes substituída por Maria do Céu Costa
Pedidos de suspensão Câmara Municipal
Carlos Humberto substituído por Mónica Duarte
Pedidos de substituição Câmara Municipal
Sara Ferreira substituída por Nuno Mósca

Deu breve nota da existência de uma alteração legislativa, que obrigava os municípios a se pronunciarem sobre a descentralização de competências na área social, pelo que a Ordem de Trabalhos da Reunião iria ser aditada. Informou que se encontravam inscritos dois cidadãos para o Período de Intervenção do Público. Dada a falta de quórum de deliberação, suspendeu a Reunião por cinco minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, voltou a referir a necessidade de aditar à Ordem de Trabalhos o ponto:

3.2 PRORROGAÇÃO DA REJEIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020 DE 12 DE AGOSTO, ATÉ AO DIA 1 DE JANEIRO DE 2023;

Recordou o historial do que estava a ser proposto e submeteu à apreciação do Plenário. Não houve objecção. Explicou porque tinha optado por sugerir que o aditamento fosse feito na Reunião.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Informou que por não ter sido possível assegurar uma substituição de última hora de um Deputado do Partido Socialista, pelo que a Bancada iria estar com dezanove elementos. Foi coadjuvado nos trabalhos pelo Deputado David Rodrigues e pela Deputada Marta Batista, respetivamente como Primeiro Secretário e Segunda Secretária da Mesa.

Estiveram presentes vinte e nove deputados, conforme lista de presenças inserta na Ata, como [anexo II](#).

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, deu as boas vindas aos cidadãos inscritos e manifestou agrado pelo facto de já não haver nenhum tipo de limitação à presença do público.

Ricardo Jorge Brito Ribeiro, apresentou situação relacionada com o Campo José Marques da Silva, conforme documento inserto na Ata como, [anexo III](#).

Diogo Ferreira da Silva, no seguimento da intervenção anterior, pediu informação sobre a empresa que tinha feito a requalificação do Campo do Santoantoniense, sobre o atraso na entrega das balizas de futebol 7 e sobre a colocação dos bancos. Descreveu a atividade do Clube, [anexo IV](#).

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, questionou se o Plenário pretendia dar a palavra por cinco minutos ao Presidente da Câmara, para resposta imediata aos dois munícipes ou manter a prática anterior, tendo em conta que o Regimento estava a ser revisto nesse sentido.

A Deputada Dulce Reis, em nome do Grupo Municipal da CDU, pediu a interrupção dos trabalhos para avaliar a proposta.

Os trabalhos foram interrompidos por três minutos.

A Deputada Dulce Reis, afirmou o seu Grupo Municipal sempre se tinha oposto à faculdade de o Presidente da Câmara responder diretamente na Assembleia Municipal, às questões levantadas pelos munícipes, mas excepcionalmente, tendo em conta que o Regimento estava em fase de revisão e as negociações prosseguiram no âmbito da Comissão, e tendo em conta que era urgente a resposta ao problema que os munícipes tinham colocado, não se opunham a que fossem concedidos os cinco minutos para o efeito.

O **Deputado Francisco Alves**, afirmou que o Grupo Municipal do BE também não era a favor da resposta imediata e por considerar que a política de princípios deveria ser mantida, não iria abrir exceção.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, colocou à votação a Ata N.º 06-2021, referente à Sessão realizada em 7, 15, 16 e 21 de dezembro de 2021 e 20 de janeiro de 2022, que foi: - **aprovada por maioria, com votos a favor do PS (19), da CDU (6), do BE (1) e do CHEGA (1) e abstenção do PSD (2). Deliberação N.º 22/2022.**



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Enunciou os documentos apresentados, conforme mapa infra e **anexo V**.

A	PS	120º ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DO "MESTRE" MANUEL DOS SANTOS CABANAS
B	PS	SAUDAÇÃO 65º ANIVERSÁRIO DOS TCB
C	BE	RECOMENDAÇÃO "PELA GRATUIDADE DOS TRANSPORTES PÚBLICOS URBANOS PARA MAIORES 65 ANOS, ESTUDANTES E DESEMPREGADOS/AS
D	BE	SAUDAÇÃO - CELEBRAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER
E	PS	SAUDAÇÃO - 98º ANIVERSÁRIO DE NATÉRCIA COUTO, 1ª MAESTRINA PORTUGUESA
F	CHEGA	ISSO 37001 NORMA PARA SISTEMAS DE GESTÃO ANTICORRUPÇÃO
G	CDU	SAUDAÇÃO - DIA NACIONAL DA JUVENTUDE

A Deputada Zélia Silva, deu a conhecer a alteração que o Grupo Municipal do PS pretendia fazer ao último parágrafo do seu documento, registado como "B", e o que pretendia incluir no último ponto do seu documento "E".

A Presidente da Junta de Freguesia de Santo António da Charneca, Isabel Ferreira, afirmou que o Campo do Santoantoniense sempre a tinha preocupado pelo abandono a que estava votado. Tinha ficado muito bem visualmente após a sua requalificação, mas desconhecia se tinha ou não as medidas para prática de desporto federado. Não era verdade o que tinha sido dito sobre os bancos, pois nas suas visitas diárias apercebia-se que estavam acomodados. A situação do sobreiro não era fácil de resolver, existindo na Freguesia outras situações igualmente preocupantes. Perguntou ao Presidente da Câmara o que iria ser feito no Campo, para permitir a prática de desporto federado.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, afirmou que onde antes não havia nada, finalmente existia um campo relvado com capacidade para a prática de desporto e disponível para todos. Pessoalmente tinha estado empenhado na requalificação do Campo do Santoantoniense, a Câmara Municipal tinha direcionado trezentos mil euros de investimento, pelo que era injusto que a Direção tivesse vindo reclamar tudo, quando antes o Clube nem esperança tinha. Se o Santoantoniense queria colocar desporto federado e achava que o campo não tinha condições para a licenciatura, não era prerrogativa da Câmara Municipal, mas sim do Clube, que deveria encontrar soluções e financiamentos para colocar a equipa sénior a competir nos campeonatos distritais e nacionais. Pronunciou-se sobre a questão dos bancos. Terminou frisando que não revia no Presidente da Câmara nenhuma falta de honestidade nem de clareza nas reuniões havidas e manifestou o seu orgulho, no trabalho que lá tinha sido feito

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deu nota de que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda tinha feito chegar à Assembleia Municipal, um requerimento que se prendia com o Acordo de Colaboração com o IHRU e a Câmara Municipal do Barreiro, saudou a Câmara Municipal pela rápida tramitação do mesmo e questionou se achavam pertinente a partilha dessa informação entre todos os Grupos Municipais. Pediu aos Serviços da Assembleia para tratarem desse procedimento.

O Deputado Francisco Alves, pediu melhor esclarecimento sobre as afirmações da Presidente da Junta de Freguesia de Santo António da Charneca, quanto às medidas do campo, à colocação dos bancos e ao sobreiro, face à intervenção do Vice-Presidente que apenas tinha comentado o problema de futebol federado.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Carlos Moreira**, pediu melhor informação sobre o valor do investimento feito, pois havia desfasamento entre o que o Vice-Presidente referira e o mencionado num documento que tinha lido. Questionou se o Santoantoniense continuava ou não com água fria, conforme afirmação dos seus dirigentes.

A **Presidente da Junta de Freguesia de Santo António da Charneca, Isabel Ferreira**, “está toda a gente muito preocupada com a atual situação do Campo de Futebol do Santoantoniense. Não vi preocupação nenhuma durante anos e anos, em que aquilo esteve ao abandono, verdadeiramente ao abandono!”, protestou. Reafirmou que os bancos não andavam ao rebolão, que a existência do sobreiro era uma questão difícil de resolver e que, por não ser técnica e não saber se o campo tinha as medidas certas ou não, tinha questionado a Câmara.

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, agradeceu que a Presidente da Junta de Freguesia de Santo António que lhe tivesse colocado a questão, pois assim, permitia-lhe registar que o que tinha acontecido ali não era social, não era desportivo, era político. Indiretamente tivera conhecimento da mensagem enviada aos pais das crianças, mensagem essa onde o PS era acusado da situação do Clube e apelavam à presença de todos na Reunião da assembleia Municipal. Tinha ficado bem claro tratar-se de uma pseudo-história. Em dois mil e dez, a Câmara Municipal, com o Deputado Carlos Moreira como Vereador tinha prorrogado por mais cinco anos o direito de superfície, por ser condição sinéquanon para fazer obra, obra essa que nunca acontecera e em dois mil e quinze o direito de superfície tinha caducado. Nesse entretanto, o Campo do Santoantoniense tinha sido usado para fazer as Festas de Santo António, para montar o circo e não para desporto. Reconheceu que o campo tinha problemas fruto de anos de não utilização, alguns passíveis de resolver outros não, iriam ser feitas melhorias, mas sempre numa lógica para os mais novos e não para os federados, que tinham outros enquadramentos. “Aquilo que não pode acontecer é tudo pedir, tudo querer, para quem nada fez e que pelos vistos, continua a não ter capacidade de fazer. A Câmara fez o investimento, paga funcionários e paga luz, não vai comprar bolas, coletes nem equipamentos. Porque Senhora Presidente, aqui aplica-se o que o povo diz: - com as calças do meu pai, também eu sou homem!”, concluiu.

O **Deputado Nuno Chambel**, em nome do Grupo Municipal do CHEGA, manifestou inquietação e pediu esclarecimento sobre a eventualidade de a Freguesia de Santo António da Charneca estar contemplada na rota dos camiões do Centro Logístico de Distribuição do ALDI, na Moita. Questionou o paradeiro das bicicletas elétricas, a razão pela qual o Posto de Turismo do Barreiro encerrava aos sábados, domingos e feriados e se, no sentido de inverter a tendência demográfica, o Executivo tinha ponderado inscrever o Município na Federação Nacional de Associações Juvenis, bem como noutros projetos interessantes, por ela apresentados, que tinham tido a aderência de vários municípios.

A **Deputada Zélia Silva**, efetuou a leitura do documento “B”.

O **Deputado Francisco Alves**, registou que o seu Grupo Municipal acompanhava o documento “B”, e nesse contexto passou diretamente para o tema do documento “C”, tema que vinha na linha do Programa apresentado pelo Bloco de Esquerda, nas últimas eleições, fundamentou a sua apresentação e apelou a uma votação favorável. Em relação ao documento “D”, frisou que o Dia Internacional da Mulher era para saudar, mas também para se viver a realidade do dia a dia, chamando a atenção para a pretensão da extrema direita espanhola em reverter a Lei da Violência Doméstica.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Deputada Susana Silva, efetuou a leitura do documento "G".

O Deputado Vítor Castro Nunes, referiu que o que tinha acontecido no início da Reunião, era exemplo de como as associações e o Executivo não se deviam relacionar. As associações não se deviam deixar instrumentalizar, assim como o Executivo não devia servir apenas esta ou aquela associação. Apelou a que, atenta a recente eleição dos Conselhos Municipais, todos os eleitos incluindo o Presidente da Assembleia Municipal, enquanto representante no Conselho Municipal da Saúde e da Educação, pudessem periodicamente prestar esclarecimentos da atividade das Comissões à Assembleia Municipal. Pronunciou-se sobre eleição do Arquiteto Pedro Cerqueira para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM e saudou-o. Sugeriu que o Bloco de Esquerda retirasse o último parágrafo do documento "D" e fundamentou o motivo.

A Deputada Dulce Reis, comentou que a Câmara numa situação excecional tinha acabado de responder aos munícipes, mas curiosamente não tinha respondido às únicas duas perguntas objetivas que tinham sido colocadas. Referiu que o Grupo Municipal do CDU acompanhava sem qualquer reserva o tema do documento "D", e de seguida efetuou a leitura do documento que se encontra inserto na Ata como **anexo VI**.

O Deputado André Brás dos Santos, registou com agrado a recente eleição do Presidente da Assembleia Municipal para o Conselho Geral da ANAM e desejou felicidades para o Mandato. Procedeu à leitura do documento "A".

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, considerou como pertinente o repto lançado pelo Deputado Vítor Castro Nunes e instigou todos a que pudessem prestar os esclarecimentos. Os dois Conselhos invocados pelo Deputado, dada a recente tomada de posse ainda não tinham reunido. Informou que no fim de semana anterior no Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, fora convidado para integrar o Conselho Geral da ANAM, convite que tinha interpretado como sendo ao Barreiro e não ao Partido Socialista. Partilhou alguma informação sobre os trabalhos do Congresso, nomeadamente os desafios administrativos da descentralização, da regionalização e sobre uma Moção que tinha subscrito, no sentido de as assembleias terem cada vez mais, um papel ativo e determinante na construção de legislação. Registou a enorme solidariedade existente entre os presidentes das forças políticas com representação na ANAM, PS, PSD, CDU, CDS e Independentes. Era sua intenção que, caso viesse a acontecer qualquer outra iniciativa, convidar e envolver outras forças políticas.

A Deputada Marta Batista, apresentou o documento "E", procedendo à sua leitura.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, comentou o seu agrado por ao fim de cinco anos e sem ter havido nenhuma excecionalidade, o PAOD ter sido isso mesmo e agradeceu o contributo de todos. Questionou se o Bloco de Esquerda aceitava as alterações ao documento "D", sugeridas pelo Deputado Vítor Castro Nunes.

As alterações não foram aceites.

Os trabalhos foram interrompidos por cinco minutos para apreciação dos documentos.

A Vereadora Arlete Cruz, efetuou uma intervenção sobre a "Norma 37001 de 2018", conforme documento inserto na Ata como **anexo VII**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, enquanto deputado eleito subscreveu as palavras e as preocupações da Vereadora Arlete Cruz, dada a existência de haver trabalho concreto nessa matéria.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, pediu esclarecimento à Vereadora Arlete Cruz se tinha afirmado que o Município pretendia implementar a Norma 37001 e ter certificação ao seu abrigo. Questionou se já estava definida a estrutura responsável pela política de cumprimento normativo do Município e também os canais de denúncia internos.

A **Vereadora Arlete Cruz**, confirmou que a Norma estava a ser devidamente adaptada à respetiva legislação, estavam a trabalhar na certificação ao nível da Secretaria Geral. Estava também a ser pensada uma reestruturação, que a seu tempo seria apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, submeteu aos documentos à aprovação:

A - 120º ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DO "MESTRE" MANUEL DOS SANTOS CABANAS

Aprovado por unanimidade, com 29 votos, PS(19), CDU(6), PSD(2), BE(1) e CHEGA(1) – Deliberação N.º 23/2022.

B - SAUDAÇÃO 65º ANIVERSÁRIO DOS TCB (com alteração)

Aprovado por unanimidade, com 29 votos, PS(19), CDU(6), PSD(2), BE(1) e CHEGA(1) – Deliberação N.º 24/2022.

C - RECOMENDAÇÃO "PELA GRATUIDADE DOS TRANSPORTES PÚBLICOS URBANOS PARA MAIORES 65 ANOS, ESTUDANTES E DESEMPREGADOS/AS

Reprovado, com votos contra do PS(19), abstenção do CHEGA(1) e votos a favor da CDU(6), PSD(2), BE(1).

D - SAUDAÇÃO - CELEBRAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Considerandos: aprovados por maioria com a abstenção do PS(19), do PSD(2) e do CHEGA(1) e votos a favor da CDU(6) e do BE(1)

Deliberativos: aprovados por maioria com votos a favor do PS(19), da CDU(6), do PSD(2), do BE(1) e a abstenção do CHEGA(1) – Deliberação N.º 25/2022

E - SAUDAÇÃO - 98º ANIVERSÁRIO DE NATÉRCIA COUTO, 1ª MAESTRINA PORTUGUESA

Aprovado por unanimidade, com 29 votos, PS(19), CDU(6), PSD(2), BE(1) e CHEGA(1) – Deliberação N.º 26/2022.

F - ISSO 37001 NORMA PARA SISTEMAS DE GESTÃO ANTICORRUPÇÃO

Reprovado com votos contra do PS(19), da CDU(6), do BE(1), a abstenção do PSD(2) e voto a favor do CHEGA(1).

G - SAUDAÇÃO - DIA NACIONAL DA JUVENTUDE

Aprovado por maioria, com votos a favor do, PS(19), CDU(6) e BE(1), e abstenção do PSD(2) e do CHEGA(1) – Deliberação N.º 27/2022.

A **Deputada Marta Guerreiro**, declarou que o Grupo Municipal do PS tinha votado a favor o documento "D", no entanto, no parágrafo quatro era referida uma questão de política externa, eram referidos partidos de direita e extrema direita e o Partido Socialista



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

identificava-se como um Partido progressista/feminista, contra as ideologias conservadoras que defendessem retrocessos civilizacionais.

O Deputado João Pintassilgo, declarou que o Grupo Municipal do PS tinha votado contra o documento "F" porque, conforme informação da Vereadora Arlete Cruz, a Câmara já estava a trabalhar nessa matéria e já existia documentação aprovada. Também não fazia sentido criar uma equipa de trabalho para acompanhar, pois a responsabilidade de execução era da Câmara Municipal. Naturalmente estavam a favor de todos os regulamentos e documentos para prevenção das situações de corrupção.

O Deputado Nuno Chambel, declarou que se tinha absterido na votação do documento "C", por considerar que deveria ser melhor fundamentado em termos de abrangência e custos da decisão. A abstenção ao documento "D" tinha surgido pela referência ao VOX, bem como pelo facto de as comemorações pouco terem trazido ao longo dos tempos, pois continuavam a morrer dezenas de mulheres fruto de violência doméstica, que deveria ser combatida na Assembleia da República, nos tribunais e nas escolas. O seu Grupo Municipal tinha apresentado o documento "F", por achar conveniente iniciar um processo entendível em termos de investidores externos, e por a Norma ter requisitos que muito dificilmente estariam a ser cumpridos. A constituição da equipa e a redundância da Assembleia Municipal, seria mais uma ferramenta para credibilizar a governação.

O Deputado Isidro Heitor, declarou que o Grupo Municipal do PS, compreendendo e respeitando a posição expressa no documento "C", tinha votado contra, pois a medida tinha um valor muito elevado atento o período de pandemia, e porque impactava no Orçamento da Câmara, devendo essas propostas ser analisadas e discutidas, aquando da apresentação do mesmo. Para além disso consideravam que propostas daquele tipo deveriam ser vistas de uma forma mais completa e global, em termos da Área Metropolitana de Transportes e de transportes metropolitanos.

O Deputado Vítor Castro Nunes, declarou que o Grupo Municipal do PSD tinha votado a favor o documento "C", apesar de a proposta não estar quantificada e se desconhecem as suas consequências, pois era uma medida com que simpatizavam. Considerou interessante ir ainda mais longe, equacionando a gratuitidade para todos, como já acontecia em alguns municípios, era mais uma medida de fomento ao recurso ao transporte coletivo e de valorização dos TCB. Lamentou que o PSD tivesse que se abster nos considerandos do documento "D", pois nele existiam inverdades, o PSD defendia os direitos das mulheres ali e em qualquer lugar, contrariamente ao Bloco de Esquerda e à CDU, que não respeitavam verdadeiramente os direitos das mulheres nos sistemas totalitários que defendiam. Tinham exercido a abstenção ao documento "F" porque apesar de considerarem a luta contra a corrupção como matéria muito importante, a Vereadora tinha dito que a Norma estava a ser implementada e não tinham visto muitas vantagens no envolvimento de grupos políticos da Assembleia Municipal, tanto mais que não tinha sido assunto tratado entre os mesmos.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ARTIGO 25º, Nº2, ALÍNEA C) DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; - Anexo VIII.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, destacou algumas ações relevantes para o Município na área da água, como a certificação do Departamento



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Águas com a Norma ISSO 9001, a receção do Selo de Qualidade da Água de 2020/202, o recebimento do Prémio Tubo de Ouro e o trabalho de sensibilização alargado a todas as escolas do primeiro ciclo do Concelho. Igualmente destacou a Estratégia Local de Habitação, as obras da Avenida da Liberdade, da START UP e da Esquadra, todas em fase final.

O Deputado Francisco Alves, agradeceu a rapidez da informação em relação à habitação e voltou a pedir o número concreto de pessoas abrangidas pela Tarifa Social da Água. Manifestou preocupação pelo aglomerado de barracas que se mantinha na zona envolvente da Avenida da Liberdade, era importante tomar medidas pois não dignificava o Barreiro. Manifestou preocupação também pela falta de luz no local e a existência de um número elevado de contentores de lixo, em cima de uma curva. Sugeriu a criação de um plano de atuação para requalificação dos logradouros do Concelho, reiniciar o debate do PDM. Perguntou o que se passava com a suspensão das obras do Moinho Grande. Atento o regresso das festas ao Barreiro, aconselhou o Presidente da Junta da União de Freguesias do Alto Seixalinho, Santo André e Verderena a rever o preço exagerado do aluguer de espaço das barracas de vendas.

O Deputado Carlos Moreira, reclamou sobre as declarações de voto que tinham sido por considerar que muitas delas tinham sido declarações e intervenções políticas, algumas visando as outras bancadas. Pessoalmente, depois de ter ouvido a Vereadora falar do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, já não tinha tido tempo para dizer que o Município do Barreiro em dois mil e nove, fora um dos primeiros a ter o Plano. Pediu informação sobre as implicações da transferência de competências na educação e saúde, nomeadamente o aumento de trabalho para os funcionários da Câmara, os custos dessas transferências e se as verbas transferidas cobriam todas as despesas associadas. Questionou o motivo da falta de pressão de água em Santo André e se a situação era momentânea. Igualmente questionou quando arrancava e terminava, a obra parada na Urbanização de Sete Portais.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, reconheceu que o Deputado tinha razão, não sendo sua a responsabilidade pelo que fora dito, era sua responsabilidade conduzir os trabalhos, pelo que da próxima vez iria interromper os oradores.

O Deputado Nuno Chambel, voltou a sugerir que no documento se pudesse reforçar mais a informação sobre a gestão das reclamações. Voltou a pedir esclarecimento sobre a rota prevista para o Novo Centro Logístico do ALDI na Moita, sobre as bicicletas e o encerramento do Posto de Turismo, aos sábados, domingos e feriados.

A Deputada Susana Silva, efetuou a sua intervenção, procedendo à leitura do documento inserto na Ata como **anexo IX**.

O Deputado Vítor Castro Nunes, indicou que no documento havia um lapso na numeração da listagem das deliberações tomadas pela Câmara e sugeriu, em nome do seu Grupo Municipal, que em próximos documentos se tentasse ter uma área de informação mais política, mais de enquadramento geral, que permitisse uma visão de conjunto sobre a situação do Barreiro, por parte do Executivo. Considerou como positiva a concretização da Loja do Cidadão no Barreiro, a Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade do Departamento de Águas e Higiene Urbana e a conclusão da obra da Esquadra no Café Barreiro. Questionou o que estava pensado implementar para combater os efeitos económicos do COVID, o ponto de situação da Empreitada do Moinho Grande e da situação da Quinta do Braamcamp, bem como do antigo Dormitório da CP,



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o número atualizado de pessoas em situação de habitação indigna, o número de casas ilicitamente ocupadas no Concelho e o que estava pensado para a utilização de fundos PRR no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Pediu melhor informação sobre o Projeto do Barreiro Velho, sobre o Pavilhão Multiusos, sobre o Centro de Ginástica do Barreiro, sobre como estava a correr o contrato de iluminação led e o prazo médio de pagamento a fornecedores. Sugeriu que fossem realizadas sessões de esclarecimento sobre o PDM.

O Vereador Carlos Guerreiro, respondeu às seguintes questões: - o Tarifário Social Automático que anteriormente abrangia seis mil e oitocentas famílias, tinha passado para seis mil, segundo os dados fornecidos pela DGAL. Explicou que o fornecimento de água em Santo André tinha algumas condicionantes em termos de pressão, a situação tinha sido agravada por uma avaria na AC3, mas estava ultrapassada. Para colmatar essa deficiência habitual em termos de pressão, estava-se a investir num novo furo na zona de Sete Portais. Afirmou que a obra em Sete Portais iria ficar concluída em abril.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, respondeu que não havia novidades sobre a Braamcamp, o Executivo da Câmara do Barreiro estava a aguardar serenamente que o Tribunal se pronunciasse sobre a Providência Cautelar. Respondeu à preocupação sobre a especulação imobiliária manifestada pela CDU, que o povo do Barreiro não tinha deixado dúvidas sobre o que pensava da Quinta do Braamcamp nas últimas eleições, legitimando a ideia de futuro que o Executivo tinha para aquele espaço. Fez referência à "Associação" e à sua forma de procedimento, ao dirigir-lhe uma carta aberta visando fazer com o Moinho Grande um combate político, onde tinha sido acusado de falta de democracia. Explicou que a obra do Moinho Grande passara por dificuldades técnicas que descreveu e anunciou que estavam prestes a ser resolvidas. Acrescentou que a obra contava com o parecer da APA e da APL, cumpria todas as normas e não deveria ser misturada com a requalificação da Caldeira Grande, por serem projetos distintos e fundamentou. Comentou o procedimento tido pela CDU, aquando da pretensão de reabilitar o Moinho Pequeno. Na sua interpretação dos factos, a CDU e a "Associação" não estavam a discutir o melhor projeto nem para o Moinho, nem para a Caldeira, mas sim a "bala de prata" que o matasse, mas tal não iria acontecer. Anunciou a data limite para entrega da Revisão do PDM à CCDR e a sua intenção de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal uma reunião com o Vereadores e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o melhor método para apresentar as linhas gerais aos seus eleitos.

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro em exercício, David Rodrigues, face á hora registada, pediu ao Plenário, autorização para continuação dos trabalhos. Não houve objeção.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu que o espaço do Centro de Ginástica do Barreiro continuava afeto ao Centro de Vacinação do COVID, sendo necessárias apenas algumas adaptações do projeto na zona dos balneários e os equipamentos estavam adquiridos. No período COVID o prazo médio de pagamento a fornecedores tinha sido anormalmente baixo, a Autarquia a apoiara injetando constantemente dinheiro na economia. Atenta a alteração do calendário da transferência do IMI e por questões de gestão da Tesouraria, esse prazo decorria à volta de vinte dias, o que era razoável. A transferência de competências com mais peso iria ser a da educação e explicou porquê. Por exigir uma grande adaptação interna no processo de reestruturação dos serviços, estava a ser equacionada a criação de duas grandes Divisões, Educação e Gestão Escolar. Tudo aquilo que fosse transferido seria acompanhado da respetiva verba. A Câmara Municipal, através das Vereadoras Sara



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ferreira e Arlete Cruz estava a articular com os diretores dos agrupamentos escolares, a descentralização de parte das competências para a direção dos mesmos. Ficava de fora o investimento de requalificação do Parque Escolar principalmente do Secundário que se manteria nos ministérios, matéria que a Câmara Municipal iria continuar a trabalhar. Respondeu à Deputada Susana Silva, que a requalificação do Moinho Grande e do Moinho Pequeno na sua juventude, era vista como uma inevitabilidade e agora estava a caminho, caminho esse que apesar de duro iria prosseguir. Continuou a lembrar que no passado, as associações de património não se tinham manifestado aquando do lançamento da hasta pública para um projeto do Moinho Pequeno e que a sua ampla participação pública, anunciada pela CDU através das Opções Participadas, pois, na altura enquanto Deputado, bem como outros eleitos, não tivera conhecimento do projeto. Acusou a CDU de continuar a olhar para o mesmo lado e não acompanhar as mudanças no mundo. O Executivo não estava de costas voltadas para Cidade, que tinha expressado forte apoio aos seus temas políticos nas últimas eleições e por isso, o Executivo iria continuar com o investimento, com a requalificação, com a esperança e iria acabar com as inevitabilidades. “E nós sabemos que a bala de prata para matar projetos vai estar sempre no coldre, mas nós cá estamos para dar o peito por elas!”, terminou.

O Deputado João Pintassilgo, assinalou com preocupação a situação de seca que se registava no País e prolongava pela Europa e pelo Mundo fora. Via também com preocupação o facto de ninguém, nas últimas eleições legislativas ter falado sobre o assunto, quando havia concelhos que já iam buscar água aos concelhos vizinhos. Manifestou agrado pelo programa pedagógico que a Câmara estava a desenvolver junto das crianças e dos jovens sobre a forma de utilizar a água, mas na sua opinião, deveriam ser sensibilizados igualmente os adultos. Recomendou ao Vereador Carlos Guerreiro, que preparasse um manifesto à população, relativamente à situação de seca e à necessidade de mudança de comportamentos na utilização da água. Pretendeu saber de que forma o Centro de Educação Ambiental estava a contribuir para o combate às alterações climáticas e observou que os projetos e as ações existentes estavam com baixas taxas de concretização.

O Deputado Carlos Moreira, tinha gostado de ouvir o Deputado João Pintassilgo na defesa da água, no entanto era ao Governo da República que deveria ser lançado o repto de acabar com a exploração agrícola intensiva, e com excesso de consumo de água. Comentou como planfetária a referência ao manifesto à população, e como curioso e incoerente que o Partido Socialista tivesse votado contra o documento “C”, quando a gratuidade dos transportes públicos, também poderia ser uma medida passível de combater as alterações climáticas.

O Deputado Nuno Chambel, voltou a perguntar se era do conhecimento do Executivo que a rota dos camiões para o Centro Logístico do ALDI, na Moita, iria atravessar o Concelho do Barreiro, voltou a perguntar sobre as bicicletas e sobre o encerramento do Posto de Turismo aos sábados, domingos e feriados.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, respondeu ao Deputado Carlos Moreira que teria muito gosto em ter um debate alargado sobre a questão do uso da água numa outra oportunidade, mas comentou que um deputado eleito pela CDU em Beja, defendia uma posição bem diferente da do Deputado Carlos Moreira, em relação à exploração agrícola intensiva e a referência a ela não se aplicava ao Barreiro, aplicavam-se sim outras medidas como a reformulação de toda a rede de transportes do Barreiro e a renovação da frota. O Partido Socialista tinha votado contra o documento “C” do Bloco de Esquerda., não por estar em desacordo no seu tema, mas porque sustentabilidade ambiental só era possível com sustentabilidade financeira.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Igualmente fora bem justificado o voto contra à proposta sobre a gratuitidade dos passes que o Deputado José Luís Ferreira tinha apresentado no Parlamento. No entanto, juntamente com toda a esquerda, tinha votado a favor do PART, a medida mais revolucionária de transportes havida em Portugal. Afirmou que conseguia fazer propostas que o Deputado Carlos Moreira tivesse que votar contra e fundamentou. Considerou redutor falar apenas em agricultura intensiva em matérias como a água, que eram geracionais e supramunicipais, exemplificando com o consenso havido no Barreiro, em relação à “Água Única”, promovida pela ex-Vereadora Sofia Martins, promoção continuada pelos Vereadores João Pintassilgo e Carlos Guerreiro, que na sua apreciação era um trabalho para séculos.

O Deputado Carlos Moreira, perguntou se sustentabilidade ambiental tinha que ter sustentabilidade financeira em tudo, para saber se também se aplicava aos milhões pagos às grandes instituições financeiras. Face à afirmação do Presidente da Assembleia Municipal de que era capaz de redigir uma proposta que o obrigaria a votar contra, perguntou: - “se foi este o âmbito que levou, se foi desta forma que trataram o Orçamento de Estado de dois mil e vinte dois, e depois acusaram-nos de votar contra.”, terminou.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, respondeu: – “A tese que o Partido Socialista ensaiou, uma estratégia, uma tática para ter maioria absoluta cai pela base, pois essa estratégia só era possível com o seu voto contra, e eu tenho a certeza que o Partido Comunista não votou para dar uma maioria absoluta ao PS e, portanto, essa teoria tem de facto pouco cabimento.” Afirmou que não estava em condições de responder à analogia feita pelo Deputado Carlos Moreira entre sustentabilidade ambiental, financeira e banca e insistiu que não deveriam ser rompidos consensos importantes para se ganharem batalhas políticas, pois o Barreiro tinha matérias que a todos unia, como a água e os Transportes Coletivos, que tinham décadas e vindo de outro regime. Mencionou também as medidas simples que o Vereador João Pintassilgo aplicara para poupança de água pela envolvimento que todos os partidos tinham tido ao longo do tempo na Mata da Machada. Registou o seu agrado pela intervenção feita pelo Deputado João Pintassilgo, que até poderia ter parecido uma crítica ao Executivo, mas tinha sido um padrão de exigência democrática, pois apesar da maioria do PS na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas freguesias, tinha questionado três dos Vereadores do seu Partido.

O Deputado Joaquim Sousa Marques, perguntou ao Executivo o que estava previsto fazer em termos de mobilidade e sustentabilidade no Concelho, após a obra da Verderena. Mais perguntou o que estava a ser feito, a ser protocolado e que serviços iriam ser instalados no Espaço do Cidadão. Pediu o ponto de situação da Esquadra do Barreiro Velho e da evolução do Projeto da Startup.

O Deputado Vítor Castro Nunes, saudou a intervenção do Deputado João Pintassilgo por ter falado de temas importantes que o Barreiro teria que enfrentar. Questionou que tipo de investimentos o Executivo pretendia fazer no domínio da estratégia local de habitação, com os fundos que eventualmente fossem atribuídos ao Barreiro. Questionou quantas pessoas precisavam de habitação social e o número de casas ocupadas indevidamente, bem como o ponto de situação do processo de remoção de amianto nas escolas. Mais questionou o ponto de situação do Pavilhão Multiusos, dos resultados económicos tidos com o contrato de iluminação pública, e do Projeto de Infraestruturas do Barreiro Velho.

A Deputada Susana Silva, em nome da Bancada da CDU, efetuou duas intervenções, uma dirigida ao Sr. Vice-Presidente e a outra denunciando uma situação de risco de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saúde pública e ambiental no Barreiro Velho, conforme documento inserto na Ata como **anexo X**.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, felicitou o Executivo pela lista de boas notícias para o Barreiro, que a Informação Escrita continha. Perguntou por onde se iria iniciar o projeto de requalificação do Barreiro Velho, pois conforme a Deputada da CDU tinha dito era uma preocupação de todos, mas não só com o terreno que tinha descrito. Informou que recentemente tinha sido efetuado uma visita ao Barreiro Velho, com várias entidades e a fiscalização da Câmara Municipal. Felicitou a Vereadora Maria João Regalo pela aquisição de duas viaturas de turismo e a candidatura a duas viaturas elétricas. Declarou-se solidária com a referência feita pelo Vice-Presidente Rui Braga em relação à Associação Património Barreiro Futuro, pois igualmente desconhecia que tivesse havido tentativas de contacto no sentido de dialogar.

O Deputado Isidro Heitor, teceu comentários sobre a gratuidade dos transportes públicos e o sentido de voto da sua Bancada ao documento “C”, concluindo que era necessário ter em conta se o Município tinha ou não, condições em termos financeiros. Pediu o ponto de situação do Projeto do Barreiro Velho, da obra do SUPERA e do investimento da Trivalor, que considerou como motores importantes na criação de emprego no Município.

O Vereador Carlos Guerreiro, respondeu ao Deputado João Pintassilgo que, apesar de no Barreiro não se preverem a médio prazo dificuldades, a questão da água era uma das preocupações do Executivo, e enunciou as medidas que estavam a ser tomadas para um maior controle do seu consumo. Descreveu o trabalho que vinha sendo feito junto das escolas do Concelho sobre a temática do consumo de água e os objetivos para os anos seguintes.

O Vereador Rui Pereira, informou que o Centro de Educação Ambiental estava a desenvolver ações junto das escolas cinco dias por semana, e ao fim de semana ações na Mata da Machada com várias temáticas para adultos, bem como a apostar na plantação de várias espécies de árvores. Em relação à eficiência energética, conforme já tinha referido, estava a ser feito um levantamento em vários edifícios da Autarquia, em conjunto com a S. Energia, no sentido de alterar a iluminação para led, como já acontecia no edifício da Rua José Magro.

A Vereadora Maria João Regalo, esclareceu que as bicicletas estavam nos TCB, mas inoperacionais, e que a partir do dia um de março seria retomado o horário normal do Posto de Turismo. Explicou que o horário tinha sido alterado devido à pandemia.

A Vereadora Maria João Regalo, deu nota de que, no âmbito do processo de descentralização estavam a decorrer reuniões com o Coordenador Regional da DGEST e o Sr. Presidente da Câmara iria delegar competências nos diretores, que por sua vez iriam continuar a exercer a sua atividade normal. Afirmou que não havia grande stress em relação ao aumento do volume de trabalho nos serviços camarários, pois as secretarias das escolas tinham um programa de processamento de vencimentos, que já estava preparado para mensalmente exportar para o programa informático da AIRC. Estava para breve a assinatura dos protocolos. Deu nota também de que, faltava apenas uma escola para concluir o processo de remoção de coberturas de fibrocimento, devido ao atraso na obra, mas seria concluída no verão.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, fez o ponto de situação do processo de reabilitação do Barreiro Velho e informou que iria dar



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento do mesmo ao Executivo e à Assembleia Municipal, prevendo que no segundo semestre fosse possível lançar a empreitada. Estava a ser ultimada a candidatura ao PRR, para implementar em quatro lojas do Fórum a Loja do Cidadão, que iria contar com os serviços normais e com os serviços do município já existentes no local. A obra da Esquadra do Barreiro estava concluída, estando-se a ultimar com o MAI o processo de transferência do contingente e do efetivo para a Esquadra. A obra da Startup também estava a ser finalizada, esperando para março a sua abertura. Igualmente em fase final estava a apreciação por parte da Câmara do projeto do Centro Logístico da Trivalor em Palhais. A obra do SUPERA tinha sido reatada, a empresa estava em processo de refinanciamento do projeto, esperando-se que em novembro estivesse concluído o investimento. A eficiência da instalação da iluminação led rondava os setenta e oito por cento, em relação à fatura que vinha atrás, pelo que resultava para a Câmara Municipal uma poupança efetiva de cerca de cinquenta por cento, em virtude da partilha com a empresa que tinha feito o investimento. Respondeu à Deputada Susana Silva que existia projeto para a Caldeira Grande, era público e podia ser consultado. Acrescentou que a Câmara não aprovava projetos sozinha, envolvia outras entidades e que o projeto da Caldeira Grande tinha sido elegido pela APA.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu à Deputada Susana Silva que, quando olhava para o espaço da Caldeira Grande sentia uma enorme esperança no futuro, mas acima de tudo sentia a capacidade de acabar com as impossibilidades, exemplificando com a zona do POLIS, com o Santoantoniense e com o terreno do Gaio. O que no momento o mobilizava era poder olhar para a Caldeira Grande, para o Moinho Grande e saber que não iriam parar, até a zona estar reabilitada. Mencionou que o Projeto de requalificação do Barreiro Velho iria iniciar com a renovação das infraestruturas de subsolo da Rua Miguel Bombarda, para depois seguir para o Barreiro Velho. Reafirmou que via o futuro com enorme esperança, mas com sentido de responsabilidade, iria continuar no caminho do investimento público como indutor do investimento privado e esperava mais novidades ao nível da recuperação de património e de instalação de serviços no Concelho. Informou que na última Reunião de Câmara o Vereador Rui Pereira tinha anunciado que iria ser pai e endereçou os parabéns à mãe, a Deputada Marta Batista.

3.2 PRORROGAÇÃO DA REJEIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020 DE 12 DE AGOSTO, ATÉ AO DIA 1 DE JANEIRO DE 2023;

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, fez breve resenha sobre a introdução do ponto na Ordem de Trabalhos e sobre a sua matéria. Colocou à votação. Aprovado por unanimidade, com 29 votos, PS(19), CDU(6), PSD(2), BE(1) e CHEGA(1) – Deliberação N.º 28/2022

O Primeiro Secretário da Mesa, David Rodrigues, procedeu à leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi, **aprovada por unanimidade – anexo XI**.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, à uma hora e dezanove minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte dois.

A gravação áudio, encontra-se disponível nos Serviços da Assembleia Municipal do Barreiro e o seu registo de vídeo em,

https://www.youtube.com/channel/UCNgNhQ5viOIWztG0_3NvEVA



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que após lida e aprovada por , na Reunião Ordinária realizada no dia de dois mil e vinte e dois, vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei, e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista.

O Presidente da Assembleia Municipal,



André Alexandre Pinotes Batista

A Assistente Técnica,



Filomena Neves